



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO  
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA EQUALIZAÇÃO DA CARGA DE TRABALHO NO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

<b>1ª reunião da Comissão de Avaliação da Equalização da Carga de Trabalho no 1º Grau de Jurisdição</b>	
<b>DATA, HORA E LOCAL</b>	Dia 27 de abril de 2026, das 13h36 às 14h28, na sala virtual da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
<b>RESPONSÁVEL PELA CONVOCAÇÃO</b>	Victor Rezende Dorea, Secretário de Governança e Gestão Estratégica.
<b>CONVOCADOS PRESENTES</b>	
Estefânia Kelly Reami Fernandes, Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional - Coordenadora; Bianca Tenório Calaça, Juíza Auxiliar da Presidência - Vice-Coordenadora Emanuel Holanda Almeida, Juiz Auxiliar da Presidência Isabela Franco Lima Santa Ritta, Secretária-Geral da Presidência Déborah Gomes Torres Pinto, Secretária da Corregedoria Regional Victor Rezende Dorea, Secretário de Governança e Gestão Estratégica Diego Chendes Dias Gomes, Diretor da Divisão de Estatística Catarina Sampaio de Souza Carneiro, Secretária Judiciária de Primeiro Grau Manoel Messias Feitoza, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação	
<b>MEMBROS CONSULTIVOS PRESENTES</b>	
Alonso Cavalcante de Albuquerque Filho, magistrado representante da AMATRA XIX Lauriston Chaves de Farias Júnior, servidor representante da ASSTRA Juliana Marques Modesto Leahy, representante da Associação da Advocacia Trabalhista de Alagoas (AATAL).	
<b>PAUTA</b>	
1 - Introdução e boas vindas 2 - Definição do calendário de reuniões ordinárias da comissão 3 - Proposta de mudança de Unidade de Apoio Executivo 4 - Apresentação dos resultados estatísticos do Equaliza nos 6 primeiros meses 5 - Proposta de aprimoramentos do Equaliza para 2026	
<b>DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES</b>	
A reunião foi iniciada às 13 horas e 36 minutos pela Coordenadora da Comissão, Dra. Estefânia Kelly Reami Fernandes, a qual saudou todos os presentes, desejando-lhes boas vindas, e explanou que o objetivo das reuniões semestrais ordinárias da Comissão seria fazer um balanço mais amplo que a análise meramente estatística da equalização da carga processual entre os juízes de 1º grau no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. A Dra. Juliana Modesto indagou se seria possível a participação de outra advogada além dela própria o que foi aceito pela Coordenadora da Comissão. Dando prosseguimento, foi pautado o tema do calendário anual de reuniões e restou definido o dia 22 de outubro de 2026 para a próxima reunião da Comissão de Equalização, em cumprimento ao art. 9º do Ato TRT19 n. 154/2025. Passando ao próximo tópico da pauta, Dra. Estefânia informou que a mudança de Unidade de Apoio Executivo da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica – SGGÉ – para a Secretaria da Corregedoria Regional – SCRS – foi previamente discutida entre os setores envolvidos e que, em razão da pertinência temática, ela indicava como devida essa alteração, o que foi acatado por todos os presentes. Em continuidade, a Coordenadora da Comissão solicitou que o estatístico do Tribunal iniciasse sua apresentação sobre a análise dos 6 primeiros meses de operação do programa equaliza. O servidor Diego Chendes realizou sua apresentação explanando as situações de distribuição processual evidenciadas antes e depois da implantação da mudança de distribuição dos processos com base nas 4 jurisdições do Projeto Equaliza. Em síntese, Diego demonstrou que a carga de trabalho entre os magistrados de 1º grau de jurisdição do TRT19 antes do início do projeto equaliza apresentava um coeficiente de variação de 38%, o que indicava alta dispersão e necessidade de correção. Após a implantação das novas regras de distribuição estabelecidas no Projeto Equaliza, o coeficiente de variação foi reduzido para 5%, demonstrando homogeneidade na distribuição de casos novos e a efetiva equalização da carga de trabalho entre os juízes de primeiro grau. O Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Emanuel Holanda, destacou que uma proposta para padronização das equipes das varas do trabalho do TRT19 estava sendo entregue pela Administração, visando a equalização da carga de trabalho também	

VICTOR REZENDE DOREA  
29/04/2026 10:04

CATARINA SAMPAIO DE SOUZA CARNEIRO  
29/04/2026 10:10

ISABELA FRANCO LIMA SANTA RITTA  
29/04/2026 10:27

DIEGO CHENDES DIAS GOMES  
29/04/2026 11:44

MANOEL MESSIAS FEITOA  
29/04/2026 12:57

BIANCA TENÓRIO CALAÇA  
30/04/2026 09:56

EMANUEL HOLANDA ALMEIDA  
30/04/2026 14:44

ESTEFÂNIA KELLY REAMI FERNANDES  
30/04/2026 17:07

DÉBORAH GOMES TORRES PINTO  
04/05/2026 11:47

LAURISTON CHAVES DE FARIAS JÚNIOR  
07/05/2026 09:41

ALONSO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE FILHO  
08/05/2026 12:52



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO  
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA EQUALIZAÇÃO DA CARGA DE TRABALHO NO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

perante aos servidores. Finalizada a apresentação dos dados estatísticos, a Coordenadora da Comissão franqueou a palavra para os presentes e a representante da AATAL, Dra. Juliana Modesto, fez uso do espaço para manifestar que o descontentamento dos integrantes da AATAL com o modelo de equalização adotado pelo TRT19 permanecia após os 6 primeiros meses de funcionamento, especialmente no que tange à impossibilidade de se realizar instruções presenciais nos processos do interior do estado em razão da jurisdição ampliada do Projeto Equaliza. Em continuidade, Dra. Juliana manifestou que alguns associados da AATAL cobravam um posicionamento mais enfático, com possibilidade de judicialização contra o modelo implementado pelo regional trabalhista alagoano. O Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Emanuel Holanda, solicitou o uso da palavra para informar que o Projeto Equaliza foi imposto como obrigatório pelo CSJT e que também gostaria de que todas as audiências de instruções pudessem ser realizadas presencialmente. Porém, para atender a necessidade de equalizar a carga de trabalho dos magistrados de 1º grau, a solução que demonstrou maior viabilidade técnica perante todas as implementadas por outros regionais e entre as propostas construídas internamente foi a implementada no TRT19. A Juíza Auxiliar da Presidência e Vice-Coordenadora da Comissão, Dra. Bianca Tenório Calaça, informou que o TRT19 não recebeu nenhuma proposta oficial da OAB e que percebe no dia-a-dia de trabalho que a maioria dos advogados preferem a realização das audiências virtuais. Ao final da sua fala, Dra. Bianca sugeriu a possibilidade de os advogados e advogadas requeressem fundamentadamente nos autos a realização de audiência de instrução presencial em casos que fugissem à regra comum, nas varas mais próximas ao jurisdicionado, por via de uma cooperação judicial. Dr. Emanuel Holanda sugeriu que a AATAL enviasse propostas de aprimoramento ao Projeto Equaliza e elogiou a proposta da Dra. Bianca sobre o requerimento para realização de audiências presenciais. Quanto ao último item da pauta, o Dr. Emanuel Holanda informou que os aprimoramentos ao projeto Equaliza para o ano de 2026 serão pensados em sede de projetos para os Núcleos de Justiça 4.0, para atender às determinações da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho. A Coordenadora da Comissão, Dra. Estefânia Kelly Reami Fernandes, agradeceu a presença de todos bem como as contribuições qualificadas de todos os presentes.

**DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nada mais havendo a tratar, a Coordenadora declarou encerrada a reunião às 14 horas e 28 minutos, cuja presente ata foi por mim, Victor Rezende Dorea, lavrada e que, após lida e aprovada, deverá ser assinada eletronicamente pelos membros do Comitê.